

FLORESTAN FERNANDES E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

Bernardo Ricupero

Da monografia universitária ao “ensaio de interpretação do Brasil”.

Florestan Fernandes criou, como nota Fernando Henrique Cardoso, uma linguagem. Linguagem difícil, aparentemente até impenetrável (Cardoso: 1987). A dificuldade e o rigor da linguagem não são, porém, gratuitos, mas visam garantir precisão no que é dito.

A linguagem é, na verdade, fundamental para realizar o objetivo do autor: consolidar a sociologia no Brasil. Ou, em outras palavras, a própria dificuldade da linguagem, carregada de conceitos, serviria para legitimar o empreendimento de implantar a ciência sociológica no Brasil.

Nisso, Florestan Fernandes se afasta dos “intérpretes do Brasil”, especialmente os mais próximos da literatura, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O sociólogo pernambucano, em particular, parece ser o antípoda do sociólogo paulista; se o estilo do primeiro é sedutor, atraí, o segundo coloca a prova o leitor. Isso, sugere Florestan, não é mero acaso. O ensaísmo, com a liberdade que o caracteriza, refletiria uma visão estamental de mundo. Já a aparente impenetrabilidade da monografia sociológica seria consequência da dificuldade do trabalho intelectual, levado a cabo como qualquer outro trabalho (Arruda: 1995; Arruda: 2001).

Portanto, a diferença entre Florestan Fernandes e os “intérpretes do Brasil” também ocorreria ao nível do objeto. Se os segundos escrevem ensaios gerais sobre o país, o primeiro circunscreve, de maneira geral, suas monografias a determinados temas.

No entanto, o último trabalho importante do sociólogo paulista, A revolução burguesa no Brasil, se afasta dos seus demais livros. Isso está indicado no próprio subtítulo do trabalho: “ensaio de interpretação sociológica”. Já nesse subtítulo, que é mais do que tudo uma explicação, estão presentes as “polarizações dinâmicas” com as quais Florestan trabalha.¹

De um lado, encontra-se o “ensaio”, do outro, a “interpretação sociológica”. É o primeiro que permite a realização de uma “interpretação do Brasil”, mas Florestan a elabora pela ótica do sociólogo.

Ensaios de interpretação do Brasil foram escritos principalmente no período que vai da proclamação da República, em 1889, ao incremento da vida universitária no país, a partir década de 1930 (Lamounier: 1990; Ricupero: 2007). Originalmente, numa linha crítica ao novo regime, buscavam realizar uma análise totalizante do Brasil, que abrisse caminho para a ação política. No entanto, com o desenvolvimento da universidade, tais trabalhos foram perdendo espaço para monografias com objetos melhor delimitados. Ironicamente, Florestan Fernandes foi o principal responsável para que o padrão científico de trabalho se impusesse na sociologia

brasileira e, com ele, a monografia universitária tomasse o lugar do ensaio de interpretação do Brasil.

O autor de A revolução burguesa no Brasil não deixa de explicar a natureza do livro: “trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante” (Fernandes: 1987, p. 3 e 4).

Esse trecho indica que A revolução burguesa no Brasil só foi escrito devido às atribulações políticas pelas quais passou o Brasil, que afastam Florestan Fernandes da universidade e do projeto científico com o qual há mais de vinte cinco anos estava envolvido. Mais especificamente, o Ato Institucional n. 5 (AI – 5), que marca, em 1968, o endurecimento do regime autoritário, aposenta compulsoriamente Florestan e outros professores da universidade.

O homem que se dedicara incessantemente a criar no Brasil, a partir da Universidade de São Paulo (USP), uma sociologia científica, entra em profunda crise. Aquele que dela emerge não é apenas um sociólogo rigoroso, mas também um publicista revolucionário.² É nessa condição que escreve A revolução burguesa no Brasil.

O livro pretende analisar o golpe de 1964, como explica seu autor pouco depois de sua publicação, sem “isolar a sublevação militar de uma dominação de classes arraigada” (Fernandes: 1978, p. 202). Esse propósito não deixaria de estar vinculado ao próprio clima intelectual que passa a

prevalecer no ambiente universitário brasileiro, onde se abandona “o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria de classes e, especialmente, a aplicação da noção de revolução burguesa à etapa da transição para o capitalismo industrial nas nações capitalistas da periferia” (Fernandes, 1978, p. 203).

Em outras palavras, é o golpe de 1964 que leva o socialista militante a realizar uma “interpretação do Brasil”. Não deixa de fazer isso, porém, como sociólogo rigoroso. A partir dessa dupla perspectiva, é mesmo possível procurar estabelecer um diálogo entre A revolução burguesa no Brasil e outras interpretações do Brasil.³

Florestan Fernandes como intérprete do Brasil

Em termos amplos, a interpretação do Brasil de Florestan Fernandes se aproxima da linha de análise que, desde Caio Prado Jr., ressalta a ligação do país com um quadro maior, em que o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial é o dado principal.

Formação do Brasil contemporâneo insiste, já em 1942, que a colonização do país poderia ser entendida principalmente pelo seu sentido. Como afirma Caio Prado Jr.: “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a

considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país” (Prado Jr.: 1942, p. 26).

Caio Prado Jr., ao ressaltar a vinculação do Brasil, desde o início de sua história, com a economia capitalista mundial, se tornou um marginal no seu partido, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como outros partidos comunistas, o brasileiro seguia as teses da III Internacional sobre os “países coloniais, semi-coloniais e dependentes”, defendendo que neles se deveria realizar uma revolução burguesa, nos moldes da Francesa, que desse fim a supostos resíduos feudais. Para além do marxismo, a interpretação de Caio Prado Jr. também se chocou com a maior parte das análises então elaboradas sobre o Brasil, que prestavam atenção especialmente às características internas à sociedade.⁴ Nessa referência, não era incomum também equivaler a pretensa auto-suficiência do latifúndio ao feudalismo.

Indo mais longe, A revolução burguesa no Brasil, chega a considerar que apesar do país não ter “todo o passado da Europa (...) reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental no Brasil”. (Fernandes: 1987, p. 20). Nessa referência, a revolução burguesa no Brasil ofereceria especial interesse, já que por estar relativamente adiantada permitiria entender como ela se daria, em linhas gerais, em

outros países de capitalismo dependente e subdesenvolvido. Isto é, nossa revolução burguesa seria tanto particular ao país como típica do que ocorre na situação periférica.

Ao ressaltarem a vinculação do Brasil com a economia capitalista mundial, tanto Caio Prado Jr. como Florestan Fernandes, não deixam de notar a presença no país de dois setores: um que está orientado para fora, produzindo para o mercado externo, e outro que está voltado para dentro, produzindo para o mercado interno. Além do mais, a maneira como entendem a relação entre os dois setores não é, como era então comum pensar, de simples oposição, mas de contradição. Isto é, apesar das suas diferentes orientações, os dois setores estariam profundamente ligados.

No caso de Formação do Brasil contemporâneo, se presta atenção principalmente ao que é chamado de “setor orgânico” e “setor inorgânico”. O primeiro corresponderia ao que estaria ligado à grande exploração, grandes unidades trabalhadas pelo braço escravo que produzem para o mercado externo. Mas mesmo que o mais importante da vida do país estivesse vinculado à realização do “sentido da colonização”, Caio Prado Jr. considera que não deixariam de aparecer atividades de “difícil classificação” ou “inclassificáveis” que apontariam para uma outra orientação. Ou seja, o setor inorgânico seria representado por aquilo que não teria lugar ou teria um lugar subordinado na grande exploração, como a produção para o mercado interno por meio da pecuária e de determinados

gêneros, como a mandioca, além da disseminada vadiagem, prostituição, etc.

De acordo com Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, a independência seria um momento fundamental, que indicaria como a orientação interna ganha importância. Significativamente, os dois chegam a considerar a independência como uma revolução. Fazem isso porque consideram que ela marca a passagem da colônia para uma nação. No entanto, não vêem esse processo como plenamente realizado. Por outro lado, desde o início da colonização, estariam presentes as duas orientações: a voltada para fora e a direcionada para dentro da sociedade que, mesmo problemáticamente, já começava a se formar. Conseqüentemente, a própria independência deveria ser entendida num quadro maior, onde atividades, como a lavoura de subsistência, a criação de gado, a produção manufatureira e até toda uma série de atividades de “difícil classificação ou inclassificáveis”, ganham importância.

Por outro lado, o aspecto mais importante que Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes destacam no pós-independência é como no fundamental se manteria a estrutura econômica e social herdada da colônia.⁵ Percebe-se isso, como pioneiramente chamou a atenção o historiador, principalmente na persistência da grande exploração. Não chegaria, portanto, a ser concretizada, ao longo da história brasileira, a superação de formas econômicas e sociais características da colônia e,

junto com elas, a ruptura da associação dependente com o exterior. Apareceria aí, como destacou, por sua vez, o sociólogo, um padrão de desenvolvimento típico do capitalismo dependente e subdesenvolvido.

No entanto, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes não deixam de considerar que a formação de um Estado Nacional seria um marco de um novo momento na história brasileira. Apesar do amálgama entre formas sociais e econômicas associadas com o passado e o presente, História econômica do Brasil não deixa de notar que, desde a independência, passa haver “um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada”. (Prado Jr.: 1945, p. 148). A revolução burguesa no Brasil vai ainda mais longe, considerando, influenciada por Karl Mannheim, que ideologia e utopia burguesas entram em choque com a organização econômica e social, pressionando pela sua transformação. Chega a sugerir que se criaria em torno da organização do aparelho estatal uma situação de quase autonomia, em que a dominação senhorial só interviria indiretamente. Se poderia afirmar, portanto, nos termos das polarizações dinâmicas, que a ordem legal conviveria com a dominação tradicional estabelecendo uma dualidade estrutural.

Segundo Florestan Fernandes, a independência política teria efeito inclusive sobre a organização da economia e da sociedade, aspecto que não é bem percebido por Caio Prado Jr. As estruturas remanescentes da colônia

teriam que passar a se organizar no quadro da nova ordem legal. Com o tempo, se configuraria uma “situação de mercado”, que viria a se tornar o principal pólo do desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, o núcleo mais importante da economia continuaria a produzir para a exportação. Isto é, apesar da ordem legal, que controlaria internamente a economia, a produção e o consumo continuariam voltados para o mercado externo.

Isto é, os dinamismos provenientes do mercado externo encontrariam pela frente estruturas econômicas, sociais e políticas remanescentes do período colonial, que selecionariam e limitariam os impulsos renovadores. De maneira geral, as estruturas coloniais se revelariam bastante plásticas no que se refere ao mercado externo, mas rígidas em relação ao mercado interno.

Em compensação, a independência abriria a possibilidade de internalização das fases de comercialização da produção, sendo possível, a partir dela, se despendere o excedente econômico como se desejasse. Continuariam presentes, além do mais, atividades ligadas ao mercado interno, como a lavoura de subsistência, a criação de gado e a produção artesanal e manufatureira, basicamente o que Caio Prado Jr. chamou de “setor inorgânico”. Consequentemente, o capitalismo brasileiro possuiria “duas dimensões – uma estruturalmente heteronímica – outra com tendências dinâmicas e autonômicas” (Fernandes: 1987, p. 96). Seria

inclusive essa dupla articulação que caracterizaria o capitalismo dependente.

Mas mesmo que não se criasse uma economia capitalista integrada, teria mudado o padrão de civilização vigente. Em termos weberianos, Florestan Fernandes considera que, com o estabelecimento da situação de mercado, o espírito burguês entra, finalmente, em cena. A partir daí, esse novo horizonte cultural se chocaria e se combinaria com o antigo, com o qual os estamentos senhoriais se identificariam.

A revolução burguesa no Brasil se distancia, entretanto, de Formação do Brasil contemporâneo na maior atenção que presta a fatores internos à sociedade brasileira. Mesmo que Florestan concorde com Caio Prado Jr. que a vida de seu país é plasmada principalmente pelo “sentido da colonização”, analisa com mais cuidado como os próprios brasileiros lidam, ao longo da sua história, com essa orientação. O autor mais jovem chega a criticar o mais velho por não perceber como o capital mercantil vai progressivamente perdendo espaço para o capital industrial. Mesmo assim, ressalta seu enorme mérito, ao chamar a atenção para “a permanência de um nexo colonial que muitos investigadores consideram extinto” (Fernandes: 1989, p. 11).

Assim, paradoxalmente, o retrato do Brasil que o historiador produz é praticamente de uma história imutável que, desde a colônia, não consegue romper com os condicionantes estabelecidos pelo capital mercantil. O

sociólogo, em contraste, procura entender como, ao longo do tempo, diferentes impulsos externos foram reelaborados no interior da sociedade brasileira, abrindo espaço para a emergência do capital industrial.

Tal perspectiva faz com que Florestan Fernandes se aproxime de “interpretações do Brasil”, como as de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que prestam grande atenção a fatores internos à sociedade brasileira. Não deixa inclusive de fazer uso da categoria de patriarcalismo, principal instrumento utilizado por esses autores para explicar o Brasil.

Florestan, assim como um dos principais nomes do pensamento autoritário brasileiro, Oliveira Vianna, atribui grande relevância ao papel assumido pelo Estado na ordem pós-colonial. Para ambos, proveria dele o principal impulso para que os senhores rurais superassem uma situação em que seus horizontes políticos e culturais não iriam muito além do domínio rural.

No entanto, o Estado surge na história brasileira, de acordo com Oliveira Vianna, de maneira quase “providencial”, sem que seja demonstrado seu vínculo com o ambiente social em que atua. Ou melhor, segundo o jurista fluminense, a obra de unificação nacional, que se imporia desde a independência, não poderia vir dos latifúndios, até devido à auto-suficiência que os caracterizaria. Como os senhores rurais formariam clãs fazendeiros, que lutariam entre si, a unidade teria que vir de fora, do

Estado. Em particular, as instituições do Império – principalmente o Poder Moderador, o Senado vitalício e o Conselho de Estado – possibilitariam a seleção, entre os latifundiários, daqueles mais aptos para colaborar com a obra de unificação nacional.

Para Florestan, ao contrário, é a impotência da burguesia brasileira – fruto da sua relação com o imperialismo – que faz com que sua ação convirja para o Estado. Em termos gerais, seria em torno do Estado que as classes dominantes se unificam, até porque por meio dele seus interesses poderiam ser universalizados. Mas de forma específica, a pressão externa, exercida pelo imperialismo, criaria um tipo particular de impotência burguesa, que também faria com que fosse em direção ao Estado que convergisse a ação burguesa, contribuindo para que o elemento político ganhasse importância. Isso favoreceria que a dominação burguesa e a transformação capitalista obedecessem a um “eixo especificamente político”. A revolução burguesa na periferia seria, não por acaso, “um fenômeno essencialmente político”. (Fernandes: 1987, p. 294).

Seria com base naquilo que as classes dominantes têm em comum, ou seja, sua situação de classes possuidoras, que se daria sua unificação. A solidariedade de classes, a partir do Estado, possibilitaria inclusive uma articulação entre as diferentes frações da burguesia, criando uma unidade conservadora. Dessa forma, a impotência burguesa seria convertida no seu oposto, “uma força relativamente incontrolável”.

Não por acaso, Oliveira Vianna e Florestan Fernandes têm igualmente visões opostas sobre a relação entre liberais e conservadores no Brasil do século XIX. O primeiro contrapõe o pretense “idealismo utópico” dos liberais, convictos que bastaria adotar instituições estrangeiras, como a federação, o juiz eleito e o júri popular, para produzir algo como o *self government*, ao suposto “idealismo orgânico” dos conservadores, conscientes da “diferença substancial entre os fins do Estado na Europa e nas novas nacionalidades americanas” (Vianna: 1987, p. 345). Em poucas palavras, num ambiente em que prevaleceriam tendências centrífugas, teriam tentado estabelecer o espírito público.

Já Florestan Fernandes, considera que o realismo e o idealismo, atribuídos a conservadores e liberais, não passariam do “verso e (d)o reverso da mesma moeda”, até porque, desde a independência, ocorreria no país uma combinação entre elementos conservadores e utópicos, expresso inclusive nas recém constituídas ordem legal e sociedade civil.

Estaria presente, dessa maneira, uma polarização dinâmica representada pelo estabelecimento de uma organização jurídico-política autônoma com a conservação da ordem social da colônia. O primeiro elemento, revolucionário, teria agido no plano da política, abrindo caminho para a formação da sociedade nacional. Já o elemento conservador, teria pressionado pela manutenção da antiga estrutura social.

A intimidade entre os dois aspectos seria tanta que se teria estabelecido um verdadeiro amálgama entre o novo, a organização jurídico-político, e o velho, seu substrato material, social e moral. Ou para falar como Florestan Fernandes, se encontrariam, lado a lado, caracteres autônomos, associados à sociedade nacional, com heteronômicos, ligados à era colonial.

Em termos mais profundos, a independência, ao não entrar em conflito com a estrutura da sociedade colonial, levaria à superposição dos planos de poder. A dominação senhorial, bem como as estruturas sociais que a sustentariam, teria se mantido ao nível da economia escravista. Por outro lado, onde o liberalismo teria sido influente, na organização do aparelho estatal, se criaria uma situação de quase autonomia, em que a dominação senhorial só interviria indiretamente. Portanto, a ordem legal conviveria com a dominação tradicional, estabelecendo uma dualidade estrutural.

Além do mais, as possibilidades de mando para o membro da camada senhorial, metamorfoseado em senhor-cidadão, se potencializariam, passando a ser exercidas também ao nível político. Em torno do Estado nacional haveria uma socialização de privilégios sociais comuns, o que retiraria os senhores do isolamento colonial. Nesse processo de ampliação e burocratização da dominação senhorial, ela se transformaria em dominação estamental propriamente dita.

Já com o democrata radical Sérgio Buarque de Holanda, a proximidade de Florestan Fernandes é maior. Ela se inicia na identificação do estado natal de ambos, São Paulo, com as transformações que poriam fim à ordem colonial. Os dois autores também explicam esse protagonismo basicamente pelos mesmos fatores: a emergência de uma cultura agrícola, o café, com características diferentes das anteriores numa região que tinha sido marginal no período colonial.

Raízes do Brasil chega a argumentar que a substituição, a partir da segunda metade do século XIX, do açúcar pelo café como principal cultura brasileira favoreceria o avanço de uma “revolução lenta” que estaria transformando o Brasil. O cafeeiro poderia ser até chamado de planta democrática, pois diferentemente da cana e do algodoeiro, não exigiria ser cultivado em terrenos extensos. Poderia, ao contrário, até favorecer o parcelamento da terra. Além do mais, a fazenda de café não seria tão auto-suficiente como o engenho de açúcar, tendo que recorrer à cidade para garantir o abastecimento de variados suprimentos. O produtor de café seria mesmo bastante similar ao *farmer*, “que é no fundo um tipo citadino mais do que rural” (Holanda: 1936, p. 136).

A revolução burguesa no Brasil destaca, no mesmo tom, o “fazendeiro de café” como um dos principais agentes humanos que impulsionariam o desenvolvimento capitalista do Brasil. Ele teria separado a fazenda e a riqueza por ela produzida do *status* senhorial. No entanto, o

fazendeiro de café pouco se distinguiria, de início, do senhor rural. Na verdade, desde o começo da colonização, também o senhor rural possuiria uma face capitalista, ligada ao comércio de exportação. Mas, na ordem estamental, ela não poderia prevalecer. A própria posição marginal de São Paulo teria, de certa maneira, contribuído para que lá não se desenvolvesse plenamente o estilo senhorial. Especialmente a região de fronteira do Oeste paulista teria promovido a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, menos custoso e mais produtivo.

Num sentido mais profundo, tanto para A revolução burguesa no Brasil como para Raízes do Brasil, o estabelecimento da democracia no Brasil é um problema central. Não entendem, além do mais, a democracia apenas na sua dimensão política, prestando também grande atenção aos seus aspectos sociais. Mas enquanto a perspectiva do historiador é otimista, acreditando que o Brasil se transforma num sentido democrático, a visão do sociólogo é pessimista, insistindo na não afinidade de nossa burguesia com a democracia.

O otimismo de Sérgio Buarque de Holanda e o pessimismo de Florestan Fernandes explicam-se sobretudo pelo primeiro ressaltar a mudança e o segundo a continuidade na história brasileira. Dessa maneira, Raízes do Brasil considera que a urbanização estaria pondo fim à herança ibérica e ao ruralismo que marcariam o país desde a colonização. Consequentemente, se poderia ter esperança que a primazia do particular

sobre o geral, da família sobre o Estado, que marcariam alguém como o brasileiro, identificado com o homem cordial, chegasse ao fim.

Florestan Fernandes ressalta, em contraste, como a revolução burguesa no Brasil não desloca do poder as antigas classes dominantes. A oligarquia não perderia sua base de poder bastando, para tanto, se modernizar. Em outras palavras, a burguesia sentiria atração pela oligarquia, seu horizonte cultural sendo basicamente o mesmo, marcado por preocupações particularistas. De maneira até aparentemente curiosa, “o mundo oligárquico reproduz-se fora da oligarquia” (Fernandes: 1987, p. 176). A oligarquia não apenas protegeria seus interesses materiais, como determinaria a repressão ao escravo e ao proletariado como eixos da revolução burguesa no Brasil. Nesse sentido, a associação com a oligarquia abriria caminho para o padrão autocrático de dominação burguesa que marcaria o Brasil.

No entanto, de maneira aparentemente curiosa, algumas das convergências mais significativas da “interpretação do Brasil” esboçada por Florestan Fernandes ocorrem com a formulada pelo autor que, à primeira vista, parece ser seu antípoda: Gilberto Freyre. Em termos amplos, os dois, como aponta Jessé Souza (2006), ao mesmo tempo que entendem a modernização brasileira com referência a casos clássicos não imaginam que uma situação periférica, como a do país, simplesmente os repita.

Em Sobrados e Mocambos se analisa, assim como em A revolução burguesa no Brasil, preferencialmente o século XIX brasileiro. Esse período interessa a Freyre já que, com o Império e o crescimento das cidades, o patriarcalismo teria entrado em decadência. O país passaria por um processo de modernização, sendo re-europeizado ou até europeizado, com a influência de Portugal e, indiretamente, do Oriente, perdendo espaço. A própria paisagem teria se modificada, passando a ser dominada “pelo preto e pelo cinzento – cores civilizadas, urbanas, burguesas” (Freyre: 1951, p. 573).

Na nova situação, o antigo sistema Casa Grande e Senzala seria substituída por um novo sistema, Sobrado e Mucambo. Mais importante, essa substituição marcaria um menor equilíbrio e um maior antagonismo na relação entre dominadores e dominados. Progressivamente, a rua invadiria o espaço privado, o Estado ganharia importância diante da família, o trabalho do escravo seria substituído pela máquina. Gilberto Freyre lamenta esses desenvolvimentos, já que considera que mesmo que as oportunidades presentes na sociedade tenham aumentado não mais se poderia contar com o amparo fornecido pela família patriarcal.

A nova orientação, onde tendências impessoais e individualistas ganhariam força, seria como que personificada nas figuras do bacharel e do mulato, muitas vezes confundidos na mesma pessoa. O bacharel voltaria da

Europa com novas idéias e pronto para se revoltar, contra o pai ou o padrinho, estando disposto até a realizar uma espécie de parricídio.

Já no caso de Florestan Fernandes, a própria escolha do termo revolução burguesa para se referir à forma como assume, desde o século XIX, a dominação burguesa e a transformação capitalista no Brasil é significativa de como a entende em referência a outros casos. No entanto, faz questão de apontar que se pensar revolução burguesa nos termos do “modelo clássico”, tal como ocorreu na Guerra Civil Inglesa, na Revolução Francesa e na Guerra Civil Americana, provavelmente se consideraria que esse processo não ocorreu no Brasil. Essas revoluções, que acabaram por combinar capitalismo com democracia parlamentar e que se concretizaram, segundo Barrington Moore, com “o desenvolvimento de um grupo na sociedade com uma base econômica independente, o qual atacara os obstáculos (...) herdados do passado” (Moore: 1983, p. 5) não tiveram similar no país.

Florestan Fernandes não entende, porém, revolução burguesa como um simples episódio histórico, mas como um fenômeno estrutural, que não segue um caminho único. Ou seja, ela seria um processo dinâmico, que ocorreria de acordo com as diferentes escolhas realizadas pelos agentes humanos no âmbito econômico, social e político. Portanto, se trataria fundamentalmente de estudar o “estilo” específico que a revolução burguesa assumiu no Brasil.

Diversos fatores, que variariam de acordo com as condições históricas, determinariam como seria o padrão de dominação burguesa, como se daria a transformação capitalista e qual seria a relação entre eles. Além do mais, se se aceitasse como revoluções burguesas apenas os casos que se aproximam do “modelo clássico”, ficariam de fora “casos atípicos”, como da Alemanha, da Itália e do Japão, de “revoluções vindas de cima”, e “casos comuns”, como os que ocorreriam nos países capitalistas periféricos.

A periferia do capitalismo possuiria traços estruturais e dinâmicos que caracterizariam a existência de uma economia capitalista. No entanto, diferenças se superporiam a essas uniformidades fundamentais, tornando o desenvolvimento capitalista dependente, subdesenvolvido e imperializado. Seriam precisamente essas diferenças que caracterizariam o típico da dominação burguesa e da transformação capitalista na periferia. Por um lado, como “não há ruptura definitiva com o passado”, ele reapareceria, cobrando “seu preço” (Fernandes: 1987, p. 202). Em orientação oposta, a revolução burguesa apareceria vinculada a mudanças decorrentes da expansão do mercado capitalista e dos dinamismos das economias centrais.

Ligado a isso, é especialmente significativo que, em termos formais, tanto Gilberto Freyre como Florestan Fernandes constroem suas análises com bases em categorias como o “equilíbrio de antagonismos” e a “polarização dinâmica”, que expressam, até no estilo, as tensões

constitutivas de um país marcado pelo convívio de orientações opostas. Talvez se possa afirmar que o “equilíbrio de antagonismos” e a “polarização dinâmica” traduzem, na forma, a maneira como se dá o desenvolvimento histórico brasileiro, ou seja, como uma modernização conservadora.⁶ Mas enquanto o sociólogo pernambucano tem uma visão positiva desse processo, lamentando o progressivo menor equilíbrio e maior antagonismo da relação, o sociólogo paulista o analisa negativamente. Ficam, dessa maneira, evidenciadas as posições políticas que animam a obra dos dois autores: o conservadorismo de Gilberto Freyre e o socialismo de Florestan Fernandes.

A revolução burguesa no Brasil, trinta e cinco anos depois

Hoje praticamente não são publicadas “interpretações do Brasil”. Não é difícil saber os motivos do quase desaparecimento do gênero: desde que A revolução burguesa no Brasil saiu, em 1973, a profissionalização e a especialização do trabalho intelectual não pararam de avançar. Concomitante com elas, a perda de espaço para temas como a dominação de classe, o imperialismo e a revolução burguesa, que Florestan Fernandes já percebera há trinta e cinco anos, se tornou ainda mais acentuada.

Por outro lado, a situação política do Brasil mudou significativamente no período. Em 1973, se vivia o momento mais duro do regime autoritário, sendo difícil até enxergar qualquer vislumbre de seu

fim. É possível inclusive ler A revolução burguesa no Brasil como sugerindo que o autoritarismo não seria superado tão cedo. No entanto, já há mais de duas décadas o Brasil tem um regime democrático e não há nenhum sinal relevante que ele corre perigo. Se poderia, portanto, considerar que a história desmentiu o livro de Florestan Fernandes.

Consequentemente, não seria difícil avaliar que A revolução burguesa no Brasil tem pouco interesse para os leitores de nossos dias. Até porque o livro é um ensaio de interpretação do Brasil, mas hoje já não há grande acolhida para esse tipo de livro. Além do mais, sua tese central – a existência de uma autocracia burguesa no Brasil – teria sido desmentida.

Florestan Fernandes entende, entretanto, autocracia, como percebe Gabriel Cohn, não como simples sinônimo de autoritarismo. Ela corresponderia, na verdade, a “uma forma de exercício do poder e não de sua organização”. Nesse sentido, a autocracia burguesa deve ser entendida como “a concentração exclusivista e privatista do poder”. (Cohn:1999, p. 404).⁷ Portanto, mesmo com o fim do regime autoritário, que motivou a redação de *A revolução burguesa no Brasil*, a autocracia burguesa não desapareceu no país.

Talvez ainda mais importante, em meio à democracia ela é menos percebida. Contribui igualmente para essa espécie de turvamento da visão a crescente especialização das ciências sociais e, em particular, da ciência política brasileira. É como se a realização regular de eleições, a existência

de uma oposição, o funcionamento normal do Congresso, etc. fossem fatores que fizessem com que a autocracia não existisse mais ou fosse irrelevante.

Mas tão importante quanto o inegável avanço institucional dos últimos anos é que, por detrás dele, subsiste uma arraigada autocracia burguesa, a democracia estando ainda longe de atingir a sociedade brasileira. Assim, é provável até que seja a autocracia burguesa que, como percebeu Florestan Fernandes, continue a fornecer o “estilo” da revolução burguesa e mesmo da democracia no Brasil.

¹ Em termos formais, é possível argumentar, como indica Gabriel Cohn (1999), que A revolução burguesa no Brasil utiliza principalmente a noção de “polarização” ou de “polarização dinâmica”. Ela indicaria a presença, no mesmo objeto, de orientações opostas, que conviveriam em permanente tensão. A “polarização dinâmica” não deixa, além do mais, de fazer referência aos dois níveis com os quais o livro trabalha: a estrutura e a história. Em poucas palavras, a estrutura criaria as possibilidades que os agentes poderiam ou não aproveitar. Ver também: Silveira: 1978.

² Florestan Fernandes chegara a ser, durante a juventude, passada nos últimos anos do Estado Novo (1937 – 1945), militante do trotskista Partido Socialista Revolucionário (PSR). No entanto, se afastara do partido, em comum acordo com seus companheiros de militância, já que concluíram que seu trabalho acadêmico poderia ser mais importante do que o político. Por outro lado, se pode argumentar que os temas que escolheu estudar, principalmente depois da pesquisa, da década de 1950, “Branços e Negros em São Paulo”, eram profundamente políticos. Ver: Garcia: 2002; Sereza: 2005; Soares: 1997.

³ Sobre as continuidades no pensamento político brasileiro, ver: Brandão, 2007.

⁴ Desde seu primeiro livro, Evolução política do Brasil, publicado em 1933, o historiador marxista avaliara que se poderia considerar a colonização do país como feudal apenas como figura retórica. Foi, portanto, pioneiro no questionamento da tese do passado feudal da América Latina, antecipando-se ao brasileiro Roberto Simonsen, aos argentinos Sérgio Bagu e Milciades Pana e aos chilenos Marcelo Segall e Luis Vitale. Ver: Ricupero, 2000.

⁵ As análises de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes sobre a independência brasileira coincidem, em pontos fundamentais, com a de José Carlos Mariátegui (1988) sobre a independência peruana. Ao mesmo tempo que os três autores a vêem como marco na

história de seus países, destacam sua continuidade com o passado colonial. Explicam, além do mais, tal desenvolvimento principalmente pela vinculação das burguesias com as oligarquias brasileira e peruana.

⁶ Sobre Gilberto Freyre, ver: Bastos, 2006.

Referências Bibliográficas

Arruda, Maria Arminda do Nascimento

1995 “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’” in Sérgio

Miceli (org.) História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré,.

___ 2001 “Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo” in Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX. EDUSC,.

Bastos, Elide Rugai

2006 As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira.

São Paulo: Global.

Brandão, Gildo Marçal

2007 Linhas do pensamento político brasileiro. São Paulo: HUCITEC.

Cardoso, Fernando Henrique.

1987 “A paixão pelo saber” in Maria Ângela D’Incao (org.), O saber militante, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cohn, Gabriel

1999 “A revolução burguesa no Brasil” in Lourenço Dantas Mota, Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos, São Paulo: Editora Senac.

___ 1986 “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes” in Ricardo Antunes, Vera Ferrante e Reginaldo Moraes (orgs.), A inteligência brasileira, São Paulo, Editora Brasiliense.

Fernandes, Florestan

1987 A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

___ 1978 “Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica”.

Encontros com a civilização brasileira 4,

___ 1989 “Os enigmas do círculo vicioso” in Caio Prado Jr., História e desenvolvimento, São Paulo: Editora Brasiliense,

Gilberto Freyre,

1951 Sobrados & Mucambos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

Garcia, Sylvia Gemignani

2002 Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34,

Holanda, Sérgio Buarque

1936 Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

Lamounier, Bolívar

1990. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República” in Boris Fausto

(org.), História geral da civilização brasileira, t. iii, v. ii, Rio de Janeiro: Editora

Bertrand do Brasil,

Mariátegui, José Carlos

1988 Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. México D.F.: Ediciones

Era.

Moore, Barrington

1983 Origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes,.

Prado Jr., Caio

1942 Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense.

___ 1945 História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense.

Ricupero, Bernardo

2000 Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34.

2007 Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda.

Sereza, Haroldo Ceravolo

2005 Florestan: a inteligência militante, São Paulo, Boitempo.

Silveira, Paulo

1978 “Estrutura e história”. Encontros com a civilização brasileira, n. 4.

Soares, Eliane Veras

1997 Florestan Fernandes: o militante solitário. São Paulo, Cortez,.

Souza, Jessé

2006 A construção social da subcidadania. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Vianna, Francisco José

1987 Populações meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia.